

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011 (EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DE SC)

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SC001314/2010
DATA DE REGISTRO NO MTE: 01/07/2010
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR022731/2010
NÚMERO DO PROCESSO: 46220.002957/2010-87
DATA DO PROTOCOLO: 23/06/2010

FEDERAÇÃO DOS TRAB NO COM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, CNPJ n.
83.929.588/0001-90, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FRANCISCO ALANO;
E

SIND EMPR SERV CONTAB ASSES PER INF PESQ EST S CATARINA, CNPJ n.
83.797.191/0001-91, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ELIAS NICOLETTI
BARTH;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de
trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de
maio de 2010 a 30 de abril de 2011 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados em
Empresas de Serviços Contábeis (do grupo dos Empregados de Agentes Autônomos do
Comércio)**, com abrangência territorial em **Agronômica/SC, Agrônômica/SC, Águas de
Chapécó/SC, Águas Frias/SC, Anchieta/SC, Apiúna/SC, Araquari/SC, Araranguá/SC,
Atalanta/SC, Aurora/SC, Balneário Arroio do Silva/SC, Balneário Barra do Sul/SC, Balneário
Camboriú/SC, Balneário Gaivota/SC, Balneário Piçarras/SC, Bandeirante/SC, Barra
Bonita/SC, Barra Velha/SC, Belmonte/SC, Bocaina do Sul/SC, Bom Jardim da Serra/SC,
Bom Jesus do Oeste/SC, Bom Retiro/SC, Bombinhas/SC, Botuverá/SC, Bracoço/SC,
Trombudo/SC, Brusque/SC, Caçador/SC, Caibi/SC, Calmon/SC, Camboriú/SC, Campo
Alegre/SC, Campo Belo do Sul/SC, Campo Eré/SC, Capão Alto/SC, Capivari de Baixo/SC,
Caxambu do Sul/SC, Cerro Negro/SC, Chapadão do Lageado/SC, Chapecô/SC, Cordilheira
Alta/SC, Coronel Freitas/SC, Correia Pinto/SC, Corupá/SC, Cunha Porá/SC, Entre Rios/SC,
Descanso/SC, Dionísio Cerqueira/SC, Dona Emma/SC, Doutor Pedrinho/SC, Entre Rios/SC,
Ermo/SC, Flor do Sertão/SC, Formosa do Sul/SC, Fraiburgo/SC, Garuva/SC, Grão Pará/SC,
Gravatal/SC, Guabiruba/SC, Guaraciaba/SC, Guarimirim/SC, Guarujá do Sul/SC,
Guatambú/SC, Ibirama/SC, Ibiçara/SC, Ilhota/SC, Imarui/SC, Imbituba/SC, Imbuia/SC, Iporá
do Oeste/SC, Iraceminha/SC, Irati/SC, Itajaí/SC, Itapema/SC, Itapiranga/SC, Itapoá/SC,
Ituporanga/SC, Jacinto Machado/SC, Jaguaruna/SC, Jaraguá do Sul/SC, Jardimópolis/SC,
Joinville/SC, José Boiteux/SC, Lages/SC, Laguna/SC, Lajeado Grande/SC, Laurentino/SC,
Lauro Muller/SC, Lebon Régis/SC, Lontras/SC, Luiz Alves/SC, Macieira/SC, Maracajá/SC,
Maravilha/SC, Marema/SC, Massaranduba/SC, Matos Costa/SC, Meleiro/SC, Mirim Doce/SC,
Modelo/SC, Mondai/SC, Morro Grande/SC, Navegantes/SC, Nova Erechim/SC, Nova
Itaberaba/SC, Novo Horizonte/SC, Orleans/SC, Otacílio Costa/SC, Paial/SC, Painei/SC,
Palma Sola/SC, Palmeira/SC, Palmitos/SC, Paraíso/SC, Passo de Torres/SC, Pedras
Grandes/SC, Penha/SC, Petrolândia/SC, Pinhalzinho/SC, Planalto Alegre/SC, Porto
Belo/SC, Porto União/SC, Pouso Redondo/SC, Praia Grande/SC, Presidente Getúlio/SC,
Presidente Nereu/SC, Princesa/SC, Quilombo/SC, Rio das Antas/SC, Rio do Campo/SC, Rio
do Oeste/SC, Rio do Sul/SC, Rio Fortuna/SC, Rio Negrinho/SC, Rio Rufino/SC, Riqueza/SC,
Rommelândia/SC, Salete/SC, Saltinho/SC, Sangão/SC, Santa Helena/SC, Santa Rosa de
Lima/SC, Santa Rosa do Sul/SC, Santa Terezinha do Progresso/SC, Santiago do Sul/SC,
São Bento do Sul/SC, São Bernardino/SC, São Carlos/SC, São Francisco do Sul/SC, São
João do Itaperiú/SC, São João do Oeste/SC, São João do Sul/SC, São Joaquim/SC, São
José do Cedro/SC, São José do Cerrito/SC, São Lourenço do Oeste/SC, São Ludgero/SC,
São Martinho/SC, São Miguel da Boa Vista/SC, São Miguel do Oeste/SC, Saudades/SC,
Schroeder/SC, Serra Alta/SC, Sombrio/SC, Sul Brasil/SC, Taió/SC, Tigritinos/SC, Timbó
do Sul/SC, Treze de Maio/SC, Trombudo Central/SC, Tubarão/SC, Unápolis/SC, Turvo/SC,
União do Oeste/SC, Urubici/SC, Urupema/SC, Vidal Ramos/SC, Vitor Meireles/SC,
Witmarsum/SC e Xaxim/SC.**

Salários, Reajustes e Pagamento - Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO (PISO SALARIAL)

A partir de 1º de Maio de 2010, os empregados abrangidos pelo presente instrumento normativo,
após período de experiência de 90 (noventa) dias na empresa, receberão salário normativo na
forma abaixo discriminada, ficando garantido neste período o Piso Salarial Estadual:

I) Os empregados que trabalham nos municípios de Joinville, Jaraguá do Sul, Lages, Chapecô,
Itajaí, Araranguá e Tubarão: **R\$ 715,00** (setecentos e quinze reais) por mês, correspondente a
R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos) por hora;

II) Os empregados que trabalham nos demais municípios abrangidos por esta Convenção: **R\$
695,00** (seiscentos e noventa e cinco reais) por mês, correspondente a 3,16 (três reais e
dezesseis centavos) por hora;

Parágrafo Primeiro: Em todos os municípios abrangidos pela presente convenção,
os empregados exercentes das funções de office-boy e exercentes de limpeza, perceberão o
Salário Normativo de **R\$ 647,00** (seiscentos e quarenta e sete reais) por mês, correspondente a
R\$ 2,94 (dois reais e noventa e quatro centavos) por hora.

Parágrafo Segundo: Na ocorrência de reajuste do Piso Salarial Estadual (*Inciso III
do Artigo 1º da Lei Complementar nº 459/09-SC*) em Janeiro de 2011, por valor superior aos
constantes desta cláusula, prevalecerá para todos os efeitos o maior valor.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Os salários dos empregados das empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva, já
devidamente reajustados na forma da convenção coletiva de trabalho anterior, serão
corrigidos/reajustados em Maio de 2010 pelo percentual de **6% (seis por cento)**.

Parágrafo 1º: Serão compensadas eventuais antecipações salariais concedidas no período de
01.05.09 a 30.04.10, salvo os decorrentes de promoção, término de aprendizagem,
transferências de cargo, função, estabelecimento ou localidade e equiparação salarial
determinada por sentença judicial transitada em julgado.

Parágrafo 2º: Os empregados admitidos a partir de 01.05.09, com salário superior ao normativo,
farão jus a uma correção salarial proporcional, correspondente aos meses trabalhados, a partir
do mês de admissão até 30.04.10, conforme a Tabela a seguir:

MÊS ADMISSÃO	CORREÇÃO SALARIAL	MÊS ADMISSÃO	CORREÇÃO SALARIAL	MÊS ADMISSÃO	CORREÇÃO SALARIAL	MÊS ADMISSÃO	CORREÇÃO SALARIAL
Ate MAI/09	6,00%	AGO/09	4,50%	NOV/09	3,00%	FEV/10	1,50%
JUN/09	5,50%	SET/09	4,00%	DEZ/09	2,50%	MAR/10	1,00%
JUL/09	5,00%	OUT/09	3,50%	JAN/10	2,00%	ABR/10	0,50%

CLÁUSULA QUINTA - MORA SALARIAL

As empresas pagarão ao empregado 1% (um por cento) ao mês mais correção monetária sobre o
salário vencido, no caso de mora salarial, entendida esta como ocorrendo a partir do 5º (quinto)
dia útil do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão obrigatoriamente aos seus empregados, envelope mensal de
pagamento ou documento equivalente, contendo, além da identificação da empresa,
discriminativo de todos os valores pagos e descontados.

Isonomia Salarial

CLÁUSULA SÉTIMA - EMPREGADOS NOVOS ADMITIDOS

Durante a vigência da presente Convenção, os empregados novos admitidos não poderão
perceber remuneração inferior a dos empregados dispensados, desde que admitidos para
trabalho da mesma natureza, excluídas as vantagens pessoais e dispensada a necessidade de
comprovação de experiência anterior.

CLÁUSULA OITAVA - EMPREGADO MAIS NOVO NA EMPRESA

Por ocasião do reajuste salarial e quando da admissão, não poderá o empregado mais antigo
receber salário inferior ao empregado mais novo na mesma função, devendo, neste caso, ser
efetuada a equiparação salarial na forma da Lei, salvo se a empresa tiver quadro organizado de
carreira.

CLÁUSULA NONA - EMPREGADO SUBSTITUTO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado
substituto fará jus ao salário do empregado substituído.

Descontos Salariais

CLÁUSULA DÉCIMA - CHEQUES SEM FUNDO

Não haverá desconto, na remuneração do empregado, da importância correspondente a cheques
sem fundos recebidos quando na função de caixa ou assemelhada, desde que cumpridas as
normas regulamentares estabelecidas previamente e por escrito.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros 13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

Fica assegurada a antecipação do percentual de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, por
ocasião das férias, aos empregados que requeriram até 10 (dez) dias antes do início das férias.

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - QUEBRA DE CAIXA

Os empregados exercentes de função de caixa ou assemelhada perceberão, mensalmente, a
título de quebra de caixa, 20% (vinte por cento) sobre o salário normativo.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

A jornada extraordinária de trabalho será remunerada com o adicional de 50% (cinquenta por cento), sobre
o valor da hora normal de salário nos dias úteis e 110% (cento e dez por cento) nos domingos e feriados,
podendo ser compensado por descanso em outros dias, desde que solicitado pelo empregado.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ADICIONAL NOTURNO

A empresa pagará a título de adicional noturno o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o
valor da hora normal e será pago ao empregado que laborar entre 22h00 horas de um dia e 5h00
horas do dia seguinte.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO CRECHE

A partir de Maio de 2010, as empresas que não possuam creches próprias, manterão convênios com
estabelecimentos particulares nos termos da legislação em vigor, estendendo o prazo de atendimento para
crianças de 0 a 6 anos de idade, inclusive.

Parágrafo Único: A empresa que não atender o critério previsto no "caput" desta cláusula,
reembolsará ao empregado, mediante a apresentação, por parte deste, de recibo ou
comprovante de pagamento do estabelecimento de sua escolha, público ou particular, onde
estiver matriculado o filho na faixa etária de 0 a 6 anos completos de idade, limitando esse valor
em **R\$ 71,00** (setenta e um reais) reajustável pela variação dos salários dos integrantes da
categoria.

Empréstimos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE FARMÁCIA

As empresas fornecerão vale para aquisição dos remédios, desde que o empregado comprove,
por receita médica o preço do produto, a quantidade suficiente à aquisição do medicamento.

Contrato de Trabalho - Admissão, Demissão, Modalidades Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO

As empresas deverão anotar na Carteira de Trabalho de seus empregados, o salário percebido,
como também a função pelos mesmos efetivamente exercida.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO

O empregador se obriga a entregar a segunda via do contrato de trabalho ao empregado.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DESPEDIDA POR JUSTA CAUSA

No caso de despedida por justa causa, a empresa comunicará por escrito ao empregado, o
motivo da rescisão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

A quitação das verbas rescisórias, mesmo nos casos de aviso prévio indenizado pelo empregado
ou pela empresa, ou no pedido de dispensa do cumprimento do aviso pelo empregado, será
efetuada pela empresa nos prazos estabelecidos pela Lei 7.855/89, além da penalidade prevista
nesta Convenção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

As rescisões de contrato de trabalho serão efetuadas perante a Federação dos Trabalhadores no
Comércio no estado de Santa Catarina e/ou Sindicatos filiados convenientes, nos termos da
legislação em vigor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FORNECIMENTO DE RSC

Obrigatoriedade de fornecimento dos formulários preenchidos pela empresa de RSC (INSS) aos empregados demitidos ou demissionários, desde que solicitados.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AVISO PRÉVIO

Para os empregados que contem com mais de 5 (cinco) anos de serviço na empresa e com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade, aviso prévio a ser concedido pela empresa será de 45 (quarenta e cinco) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AVISO PRÉVIO INDENIZADO

No pedido de demissão com indenização do aviso prévio, os dias correspondentes integrar-se-ão para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

Fica o empregado dispensado do cumprimento do aviso prévio, provocado pela empresa, caso o empregado obtenha novo serviço antes do término do referido aviso, remunerando a empresa apenas os dias efetivamente trabalhados.

Suspensão do Contrato de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência fica suspenso durante a concessão do benefício previdenciário, completando-se o tempo nele previsto após a cessação do referido benefício.

Relações de Trabalho - Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

Serão garantidos o emprego e o salário à empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.

Estabilidade Serviço Militar

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - SERVIÇO MILITAR

Será garantida a estabilidade no emprego para o trabalhador em idade de prestação do serviço militar ou tiro de guerra, desde a incorporação até 60 (sessenta) dias após a dispensa ou desincorporação.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ESTABILIDADE AO ACIDENTADO

Será garantido emprego e salário ao empregado vítima de acidente de trabalho nos termos da Lei 8.213 de julho de 1.991, enquanto vigorar.

Parágrafo 1º: Excetuam-se das garantias previstas no "caput" dessa cláusula os casos de demissão por justa causa, pedido de demissão ou acordo entre as partes, devidamente homologados pela Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina e/ou Sindicatos filiados convenientes, nas duas últimas hipóteses.

Parágrafo 2º: Não serão considerados, para contagem do período de garantia previsto no "caput" desta cláusula, as férias vencidas e o aviso prévio.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ESTABILIDADE AOS APOSENTÁVEIS

A todos os empregados que no período 01.05.2010 a 30.04.2011, estiverem no máximo de 18 (dezoito) meses de aquisição do direito a aposentadoria por tempo de serviço, em seus prazos mínimos por velhice, desde que contem com um mínimo de 5 (cinco) anos ininterruptos de serviço na respectiva empresa, será garantido o emprego. Completando o tempo necessário para a aquisição do referido direito, em sendo ou não exercido, extingue-se a garantia.

Parágrafo Único: excetuam-se das garantias previstas no "caput" dessa cláusula os casos de demissão por justa causa, pedido de demissão ou acordo entre as partes, devidamente homologadas pela Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina e/ou Sindicatos filiados convenientes, nas duas últimas hipóteses.

Jornada de Trabalho - Duração, Distribuição, Controle, Faltas Intervalos para Descanso

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - INTERVALO INTRAJORNADA

Fica assegurado o direito do empregado, nos intervalos intrajornada não concedidos, de percepção de horas extras, como se tal fosse.

Controle da Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CONTROLE DO HORÁRIO DE TRABALHO

É obrigatória a utilização de livro-ponto ou cartão mecanizado, independente do número de empregados, para o efetivo controle do horário de trabalho, a fim de que possibilite o real pagamento das horas trabalhadas além da jornada normal.

Faltas

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ABONO DE FALTA AO TRABALHADOR

Será abonada a falta do trabalhador no caso de necessidade de acompanhamento em consulta médica ou na internação hospitalar de dependente até 18 (dezoito) anos de idade ou inválido, mediante comprovação por declaração médica. (*Tendência Normativa nº 23 do TRT 12ª Reg., com base no art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente*).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTA AO EMPREGADO ESTUDANTE E VESTIBULANDO

A empresa abonará as faltas dos empregados estudantes e vestibulandos, para a realização das provas em cursos oficiais, assim como em concursos vestibulares, desde que pré-avisada 72 (setenta e duas) horas antes.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CURSOS E REUNIÕES

Estabelecer que os cursos ou reuniões, quando de comparecimento obrigatório, deverão ser realizados durante a jornada de trabalho ou, se fora do horário normal, mediante pagamento de horas extras.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - FORNECIMENTO GRATUITO DE LANCHES

As empresas fornecerão obrigatória e gratuitamente, lanches para seus empregados, quando estes estiverem trabalhando em regime de horas extras em caráter excepcional. As empresas que não dispuserem de cantina ou refeitório deverão destinar um local, em condições de higiene, a fim de que seus empregados possam lanchar.

Férias e Licenças Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - PARTICIPAÇÃO DE FÉRIAS

A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cabendo a este assinar a respectiva comunicação.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Ao empregado que rescindir espontaneamente seu contrato de trabalho antes de completar 1 (um) ano de serviço, serão pagas férias proporcionais, à razão de 1/12 (um doze avos) da respectiva remuneração mensal, por mês completo de trabalho ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Saúde e Segurança do Trabalhador Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - FORNECIMENTO GRATUITO DE UNIFORME

As empresas que exigirem o uso de uniforme, deverão fornecê-lo sem ônus para os seus empregados, na quota de 2 (dois) por ano. O uso de uniforme deverá ser regulamentado pelas empresas, quanto as suas restrições e conservação.

Relações Sindicais Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - LIVRE ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL

Fica assegurado o livre acesso dos dirigentes sindicais nas empresas para desempenho de suas funções desde que, a empresa seja comunicada com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL

Em cumprimento ao que foi deliberado pelos representantes dos trabalhadores no comércio no Estado de Santa Catarina, reunidos em Plenária Estadual Extraordinária realizada no dia 05 de Março de 2010, as empresas descontarão dos seus empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, a importância equivalente a **4% (quatro por cento)** da remuneração dos mesmos nos meses de **Julho e Novembro de 2010**, a título de CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL, recolhendo as respectivas importâncias em guias próprias fornecidas pela Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina-FECESC, em favor da mesma, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto.

Parágrafo Primeiro: Até o dia 30 do mês subsequente ao do desconto, as empresas enviarão à FECESC a relação dos empregados contribuintes, em formulário também fornecido pela Federação.

Parágrafo Segundo: O empregado poderá opor-se ao desconto da contribuição negocial, devendo para isto apresentar, na Federação, carta escrita de próprio punho, no prazo de 10 (dez) dias antes do efetivo desconto, encaminhando cópia da mesma com o recebimento da Federação ao empregador.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

Em cumprimento ao que foi deliberado na Assembléia Geral Extraordinária do SESCON-SC realizada no dia 22 de Abril de 2010, as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, recolherão em favor do respectivo Sindicato Patronal, a título de Contribuição Confederativa Patronal, os seguintes valores: *3% (Três por cento)* da folha de pagamento do mês de Julho/2010, obedecendo a uma contribuição MÍNIMA de R\$ 100,00(cem reais), inclusive para empresas sem funcionários e cujo recolhimento deverá ser efetuado até 31/07/2010, em guias próprias a serem fornecidas pelo Sindicato respectivo.

Parágrafo Único: O não recolhimento da contribuição acima, no prazo estabelecido (31/07/2010), implicará no pagamento de multa de 2% (dois por cento), além da variação monetária e juros de mora.

Disposições Gerais Regras para a Negociação

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - ACORDOS COLETIVOS DE PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO – BANCO DE HORAS

Fica estabelecida a possibilidade de realização de acordos coletivos de trabalho para o estabelecimento de Banco de Horas entre empresa e a Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina, limitada a compensação das horas prorrogadas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data da prorrogação.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - PENALIDADES

Pelo não cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas nesta Convenção Coletiva, fica estabelecida multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do salário normativo da categoria, por infração, em favor da parte prejudicada.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - RENEGOCIAÇÃO

As partes se comprometem a partir do 6º (sexto) mês de vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, reunirem-se para analisar o cumprimento da presente Convenção Coletiva, bem como para verificarem a possibilidade e/ou necessidade de se pactuar qualquer concessão relativamente às cláusulas de natureza econômica.

FRANCISCO ALANO

Presidente

FEDERACAO DOS TRAB NO COM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

ELIAS NICOLETTI BARTH

Presidente

SIND EMPR SERV CONTAB ASSES PER INF PESQ EST S CATARINA

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.